

Direito, Sociedade e Cultura

Nível: Doutorado

Obrigatória: Não

Carga Horária: 45

Créditos: 3

Ementa:

Na Disciplina Direito, Sociedade e Cultura, apresentaremos as principais abordagens teórico-metodológicas da sociologia clássica, demonstrando como a escolha do modelo teórico para análise sociológica de um fenômeno social pode influenciar o resultado final da análise e como cada objeto (fenômeno social) a ser analisado dispõe de um conjunto de abordagens teóricas mais ou menos adequadas para realização de uma análise sociológica. Ao longo do curso daremos maior ênfase aos modelos teóricos de tradição weberiana, que dispõe de um conjunto de axiomas, reflexões e métodos mais atuais e relevantes para análise do direito como fenômeno social complexo, histórico e construído. Dentre os fenômenos sociais socialmente produzidos e que apresentam relevância singular para a discussão e análise do direito moderno, sem dúvida, a formação do Estado Moderno é o mais importante. Vamos discutir a formação do Estado Moderno a partir de abordagens tipicamente weberianas, passando em seguida para uma análise da construção da cidadania e seu papel para a própria construção do Estado Moderno.

Essas duas análises (do Estado e da Sociedade) se complementam e se inserem no contexto da cidadania, com um papel importante do direito para o desenvolvimento de ambos. Vamos discutir também como o Brasil pode ser analisado em termos de participação política (cidadania) e como o tipo de cidadania brasileira condiciona a construção do próprio Estado brasileiro, e vice-versa. Em meio a uma discussão sobre cultura política brasileira vamos analisar a variável cultural como uma variável que tende a ser conservacionista, conformando historicamente o tipo de cidadania brasileira. Nesse aspecto, há uma ideia socialmente difundida de que a sociedade brasileira sofre de certa apatia política, mas que não encontra comprovações irrefutáveis no processo histórico da sociedade brasileira, necessitando, assim,

de uma investigação mais atenta e aprofundada, como, por exemplo, no engajamento político dos brasileiros que militaram em movimentos políticos de oposição à ditadura militar.

Aliás, a ditadura militar talvez tenha sido só uma expressão do autoritarismo presente nas relações sociais no Brasil, e que encontra assento fácil e freqüente na esfera estatal, tornando o Estado brasileiro inoperante e ineficiente na resolução de problemas sociais graves e históricos, como a desigualdade social e a criminalidade violenta. Por fim, logo após a discussão dos principais problemas sociais brasileiros (desigualdade social e criminalidade violenta) integrando-os à cultura política brasileira e à formação e atuação do Estado Nacional, encerraremos refletindo sobre o papel do direito e das profissões jurídicas na transformação ou manutenção dessa realidade social analisada ao longo do curso, desenvolvendo um olhar crítico sobre a ética das profissões jurídicas e sobre o ensino jurídico, sobretudo após 1988, período em que houve uma expansão sem precedentes do número de faculdades de direito e de profissionais do direito na sociedade brasileira, acompanhando a própria expansão do mercado de trabalho no campo jurídico.

Bibliografia:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

SCALON, Celi. Imagens da Desigualdade. Belo Horizonte: UFMG.

BENDIX, Reinhard. Construção Nacional e Cidadania. São Paulo: Edusp, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo.